

PERSPECTIVAS DE ENFERMEIROS SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE LGBTQIAPN+ NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

GUILHERME AUGUSTO DE CRISTO SOUZA¹; ROBERTA MENDES VON RANDOW²

¹Graduando em enfermagem. Centro Universitário UNIFACIG. Manhuaçu-MG, guilhermea1657@@gmail.com

²Mestre em gestão e planejamento pela UFMG. Centro Universitário UNIFACIG. Manhuaçu-MG, robertafmendes@gmail.com

RESUMO

A população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não binárias e outras) enfrenta barreiras significativas nos serviços de saúde, frequentemente decorrentes da falta de sensibilização dos profissionais. Em resposta a essas dificuldades, o Ministério da Saúde implementou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), visando garantir direitos e equidade no acesso aos serviços (BRASIL, 2013). Este estudo qualitativo explora a prática de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) em um município da zona da mata mineira, focando na assistência à população LGBTQIAPN+. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família (ESF), visando identificar lacunas na assistência e estratégias para promover um atendimento inclusivo. Os resultados visam contribuir para a melhoria das práticas de cuidado e das políticas públicas voltadas para essa população.

Palavras-chave: Acesso a serviços de saúde; Atenção Primária à Saúde; Saúde de pessoas LGBTQIAPN+.

NURSES' PERSPECTIVES ON LGBTQIAPN+ HEALTH CARE IN THE FAMILY HEALTH STRATEGY

ABSTRACT

The LGBTQIAPN+ population (lesbian, gay, bisexual, trans, queer, intersex, asexual/aromantic/agender, pan/poly, non-binary, and others) faces significant barriers in health services, often due to a lack of awareness among professionals. In response to these difficulties, the Ministry of Health implemented the National Policy for Comprehensive LGBT Health (PNSI-LGBT), aiming to guarantee rights and equity in access to services (BRASIL, 2013). This qualitative study explores nursing practice in Primary Health Care (PHC) in a municipality in the Zona da Mata region of Minas Gerais, focusing on assistance to the LGBTQIAPN+ population. The research was conducted through semi-structured interviews with nurses from the Family Health Strategy (ESF), aiming to identify gaps in care and strategies to promote inclusive care. The results aim to contribute to the improvement of care practices and public policies aimed at this population.

Keywords: Access to health services; Primary Health Care; Health of LGBTQIAPN+ people.

INTRODUÇÃO

A população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não binárias e mais) enfrenta desafios diários em diversas áreas, incluindo o acesso à saúde. Essas pessoas, muitas vezes, têm suas demandas

ignoradas nos serviços de saúde, principalmente pela falta de preparo dos profissionais em lidar com suas especificidades, como apontado por Cardoso (2012) e Costa-Val (2022). O Ministério da Saúde reconhece que a discriminação contribui para o adoecimento dessa população e, por isso, criou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), que visa assegurar os direitos à saúde dessa população, conforme estabelecido pela Constituição de 1988 (BRASIL, 2013). No entanto, apesar da existência dessa política, muitos desafios persistem em sua implementação.

A Atenção Primária à Saúde (APS), principal porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), desempenha um papel fundamental ao oferecer um cuidado acessível, coordenado e integral. No contexto da Estratégia de Saúde da Família (ESF), o enfermeiro é um agente crucial, responsável tanto pelo gerenciamento das atividades quanto pelo cuidado direto à comunidade (OLIVEIRA, 2020). Contudo, mesmo com a criação de políticas como a PNSI-LGBT, a falta de capacitação de profissionais para atender às especificidades da população LGBTQIAPN+ compromete a efetividade do cuidado. Gonçalves (2024) destaca que a capacitação adequada é essencial para que o cuidado seja especializado e inclusivo.

Além disso, o atendimento inadequado pode perpetuar desigualdades, mesmo em ambientes onde as políticas estão formalmente implementadas. A crença equivocada de que todos devem ser tratados de forma "igual" pode, na verdade, manter as desigualdades existentes. Paim (2010) argumenta que tratar de forma igual, sem considerar as particularidades de gênero e sexualidade, ignora as necessidades específicas dessa comunidade. Assim, é necessário que os profissionais de saúde repensem suas práticas, garantindo que o atendimento acolha as diferenças e rompa com preconceitos e estigmas (LIMA, 2015; MULLER, 2018).

Portanto, a atuação dos enfermeiros na APS precisa se alinhar às transformações do SUS, assegurando que o cuidado oferecido à população LGBTQIAPN+ seja integral, equitativo e centrado nas necessidades dessa população. Este estudo tem como objetivo principal analisar as estratégias adotadas por esses profissionais para garantir um atendimento inclusivo e equitativo, conforme os princípios éticos do SUS, como universalidade, equidade e integralidade.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, permitindo uma aproximação profunda com a realidade, explorando significados, motivações e valores envolvidos nos processos e fenômenos (CHIZZOTTI, 2003; MINAYO, 2004). A pesquisa foi realizada nas Unidades

Básicas de Saúde (UBS) que compõem a Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Simonésia, localizado na Zona da Mata mineira, com uma população de 20.339 habitantes e área de 486,543 km² (IBGE, 2024).

Os sujeitos da pesquisa foram enfermeiros vinculados às UBS, com pelo menos três meses de atuação no cargo. Todos os procedimentos éticos foram seguidos, conforme as normas do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), com aprovação pelo Comitê de Ética via Plataforma Brasil (CAAE 78920024.1.0000.8095). Aos entrevistados foi garantido anonimato e liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e agosto de 2024, por meio de entrevistas semiestruturadas, escolhidas por permitir o acesso a dados subjetivos e objetivos relevantes ao estudo (MINAYO, 2004). As entrevistas foram analisadas com a técnica de análise de conteúdo, organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2009). Durante a pré-análise, os dados foram lidos e categorizados conforme as similaridades e diferenças, visando uma representação clara das informações (BARDIN, 2009; TURATO, 2003). Por fim, os dados foram interpretados à luz da literatura científica relacionada ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos enfermeiros entrevistados 33,33% encontravam-se na faixa etária de 21 a 34 anos e 66,67% 35 a 49 anos, sendo 100% do sexo feminino, 77,8% eram casadas e 22,2% solteiras, todas as enfermeiras casadas são mães tendo um a no máximo 3 filhos, sendo o mais novo de 1 ano e o mais velho de 24anos. Quanto ao tempo de formação se dividem de 6 meses a 5 anos 33,3%, 5 a 10 anos e 0%, e de 10 a 20 anos 66,7%, em que 66,7% possuem pós-graduação em saúde pública ou saúde da família, e 100% possuem uma jornada de trabalho de 8h diárias.

A pergunta sobre as especificidades de saúde de pessoas LGBTQIAPN+ em cada grupo formulada como "Você sabe como as especificidades de saúde de pessoas LGBTQIAPN+ são em cada grupo?". Teve como resposta unânime o “não”, revelando uma lacuna crítica para a construção de um atendimento direcionado. Sem o conhecimento adequado sobre as necessidades únicas de cada grupo dentro da população LGBTQIAPN+, corre-se o risco de oferecer um atendimento inadequado, o que pode impactar negativamente a qualidade dos cuidados prestados e a experiência dos pacientes. Tais fatos são evidenciados no estudo de Padilha (2020), que nos diz que a falta de capacidade para acolher, ouvir e, sobretudo, solucionar questões relacionadas às particularidades desse público acaba por afastá-lo dos serviços disponibilizados pela APS. O estudo de Reis (2024) nos aponta que “há relatos de mulheres lésbicas que enfrentaram desconforto ao realizar exame cito patológico com espéculo de tamanho inadequado, pois se sentiam incomodadas com a penetração. Em consequência, saíam da consulta insatisfeitas por não terem sido atendidas em suas especificidades”

As orientações sobre as especificidades do cuidado podem ser encontradas no conteúdo da (PNSILGBT) criada pelo Ministério da Saúde em 2013, tendo uma nova versão lançada em 2023. A versão atualizada tem como objetivo ampliar e aprofundar as diretrizes da política anterior, quando questionadas sobre essa política as enfermeiras responderam da seguinte forma:

ENF 7: “Tenho conhecimento que existe, não ao pé da letra, mas tem várias coisas que já tenho conhecimento, até porque eu participei de uma capacitação na regional chamada Saúde em Rede e teve um desses treinamentos que foi sobre o assunto LGBT, da inserção deles dentro da atenção primária, foi a partir daí que eu tive mais conhecimento, mas ao pé da letra e questão de portarias não.”

ENF 2: “Não, na verdade a gente começou a ter algumas reuniões sobre isso para implementar na saúde, só que não foi tão profundo”

ENF3: ” A gente ouviu falar, mas eu não estudei a fundo o assunto”

A maioria dos entrevistados reconhece a existência da política, mas seu conhecimento é parcial, geralmente adquirido por meio de capacitações gerais ou reuniões informativas. Esse panorama sugere uma necessidade significativa de educação permanente e formação mais aprofundada para garantir que os profissionais de saúde tenham uma compreensão completa e prática das diretrizes e portarias relacionadas à saúde LGBTQIAPN+. No estudo de GONÇALVES (2019) é necessário investir em educação continuada para profissionais de saúde no atendimento à população LGBT. Diversos estudos apontam a fragilidade na formação dos enfermeiros em relação à sexualidade humana, e essa lacuna é ainda mais evidente quando se trata de diversidade sexual e de gênero. Isso se reflete no desconhecimento de muitos profissionais sobre o processo transexualizador e na falta de familiaridade com a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Além disso, alguns enfermeiros afirmaram que não consideram orientação sexual e identidade de gênero como determinantes para a saúde de uma pessoa LGBT, e um deles declarou não se sentir preparado para atender um homem transexual que precise realizar exames preventivos, como o papanicolau.

Ao serem perguntadas se acreditavam ser necessário um treinamento ou inclusão na formação acadêmica para que os profissionais tenham uma habilidade treinada específica para lidar com esse público, e as novas demandas e questões que surgem com o decorrer do tempo, as respostas revelaram uma perspectiva unânime entre os enfermeiros entrevistados quanto à necessidade de capacitação adicional no atendimento a pessoas LGBTQIAPN+. Observou-se que, após enfrentar desafios e dúvidas na prática cotidiana, os enfermeiros reconhecem a importância de aprimorar seus conhecimentos e habilidades para lidar com as especificidades dessa população. A concordância geral sobre a necessidade de treinamento reflete a compreensão de que, além da formação acadêmica inicial, a educação continuada é essencial para garantir um atendimento de qualidade, adaptado às necessidades em constante evolução dos pacientes. Este consenso destaca a relevância de integrar treinamentos especializados na formação profissional para promover um cuidado mais inclusivo e eficiente

[...]. Visto que LGBTs sofrem com uma vulnerabilidade que coloca em risco seu direito à saúde podendo não receber uma assistência com qualidade e equidade, o discurso dos enfermeiros se mostrou satisfatório. Porém, ainda vê-se necessário o investimento em educação continuada desses profissionais para com a população LGBT, afinal, vários artigos mostram a fragilidade na formação dos enfermeiros sobre sexualidade humana e uma fragilidade ainda maior quando referente à diversidade sexual e de gênero e isso se confirma no desconhecimento da maioria sobre o processo transexualizador e de alguns enfermeiros que afirmaram não conhecer a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, afirmaram que orientação sexual e identidade de gênero não são consideradas como determinante e condicionante na situação de saúde de um LGBT, e ainda, um manifestou não se sentir preparado para atender um homem transexual que precise fazer Papanicolau/preventivo (GONÇALVES 2019 p. 239)

Juntas, essas respostas ressaltam a necessidade de uma abordagem mais sensível e bem-informada no atendimento a pacientes LGBTQIAPN+. Elas evidenciam a importância de um treinamento contínuo e de recursos adequados para garantir que os profissionais de saúde possam oferecer um atendimento respeitoso e equitativo, levando em consideração as necessidades individuais e os desafios específicos enfrentados por essa população.

CONCLUSÃO

Este estudo revelou lacunas significativas na prática e formação dos profissionais de saúde em relação ao atendimento inclusivo da população LGBTQIAPN+, especialmente na enfermagem. Apesar da compreensão da importância de um atendimento respeitoso, persistem preconceitos e falta de conhecimento sobre as necessidades específicas dessa população. Muitos enfermeiros destacaram a necessidade de mais treinamento e diretrizes claras sobre identidade de gênero e orientação sexual, evidenciando um déficit na formação continuada e na implementação de políticas inclusivas.

A ausência de protocolos específicos e a falta de preparação para atender pacientes trans e não-binários são barreiras para um cuidado equitativo. As dificuldades no acesso a serviços de saúde adequados são amplificadas por barreiras estruturais e culturais, além de uma resistência em adotar práticas inclusivas. Mesmo com boas intenções, o preconceito estrutural pode se manifestar de forma sutil, limitando o acesso e a qualidade do atendimento. As respostas dos enfermeiros indicam que abordagens inadequadas podem resultar de preconceitos inconscientes e falta de preparo.

Portanto, a formação dos profissionais de saúde deve incluir uma reflexão crítica sobre preconceitos e seu impacto no atendimento. Promover um ambiente verdadeiramente inclusivo requer um compromisso com a educação contínua e a construção de práticas que

respeitem a diversidade, assegurando que todas as pessoas recebam o cuidado digno e apropriado.

Recomenda-se que futuros estudos avaliem a eficácia dos programas de treinamento e explorem estratégias para superar as barreiras identificadas. Investir na formação e na revisão das práticas e políticas institucionais contribuirá para um sistema de saúde mais justo e equitativo, promovendo um ambiente acolhedor e eficaz para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009. 281 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Brasília: Diário Oficial da União**, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. **Ministério da Saúde**, 2013.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, p. 552-563, 2012

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA-VAL, Alexandre et al. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, 2022.

DE OLIVEIRA, Eduarda Andrade et al. Atenção primária em saúde coletiva e enfermagem no contexto das ações e práticas de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, p. e4784-e4784, 2020.

GONÇALVES, M. E. S. F.; BARBOSA, M. M.; ALEIXO, N. E.; PASSOS, X. S.; ROCHA, M. E. Políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil: revisão bibliográfica . **Brazilian Journal of Health Review**.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; LUSTOSA, Guilherme Ripardo. Análise do conhecimento de enfermeiros relacionado à assistência à população LGBT. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 226-239, 2019.

LIMA, Maria Dálete Alves; DA SILVA SOUZA, Alcimar; DANTAS, Maridiana Figueiredo. Os desafios a garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS). **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 3, n. 11, 2015.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed., São Paulo, **Editora Hucitec**, 2004. 185 p. ISBN 85-271-0181-5.

MULLER, MagnorIdo; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é'babado'!. **Cadernos Ebape**. br, v. 6, p. 01-14, 2008.

PADILHA, Vitória Braga. O cuidado integral de pessoas LGBTs na atenção primária à saúde a partir das percepções de psicólogas os de um serviço de saúde comunitária de Porto Alegre/RS. 2020.

PAIM, Jairnilson Silva; DA SILVA, Lígia Maria Vieira. Universalidade, integralidade, equidade e SUS. BIS. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 12, n. 2, p. 109-114, 2010.

REIS, Andréa Andrade. Atenção à população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. 2022. 67 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2022.

TURATO, E. R. Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teóricoepistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. **Petrópolis, Editora Vozes**, 2003. 685p.